

## JOSÉ DE ALENCAR NAS TRAMAS HISTÓRICAS, POLÍTICAS E CULTURAIS DA LINGUAGEM LITÉRIA E DA LÍNGUA PORTUGUESA

Valdeci Rezende Borges<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo aborda as ideias de José de Alencar no ensaio “Questão Filológica” (1874) e seus embates com escritores defensores do velho português clássico, como forma de representação literária da nação brasileira em oposição ao estilo moderno, por meio de uma língua portuguesa abasileirada e com desvios às normas gramaticais, buscando nossa autonomia cultural.

**Palavras-chave:** José de Alencar, literatura brasileira, língua portuguesa.

**Abstract:** The article aims to address the ideas of Jose de Alencar in the essay “Philological Question” (1874) and his clashes with writers who were supporters of the Old Classic Portuguese as a form of literary representation of the Brazilian Nation in opposition to the modern style, by means of a Brazilian Portuguese with deviations from the grammatical rules, seeking our cultural autonomy.

**Key words:** José de Alencar, Brazilian literature, Portuguese.

O novo Acordo Ortográfico dos países de língua portuguesa, que entra em vigor neste ano de 2009, constitui mais um capítulo de uma longa história de conflitos e tensões, na qual combateram intelectuais brasileiros e portugueses. Alencar foi um deles, sendo visto como patriarca da literatura nacional, de uma língua literária inequivocamente brasileira e fundador da “língua brasileira”. Se, conforme Bloch (2001), o presente coloca questões ao passado, rumemos à década de 1870, quando Alencar, firmando um compromisso com seu tempo e sociedade, defendia suas práticas literárias como instrumento político, focando o campo intelectual e seus combates por uma forma de representação literária moderna, nacional e brasileira, edificada por meio de língua portuguesa abasileirada. Tais lutas de representações, que mostram o pioneirismo de Alencar na reflexão sobre a prática literária e o lugar da língua nesse fazer, ficaram expressas em vários ensaios críticos. “Questão Filológica”, de 1874, é um dos últimos e oferece boa mostra de seu pensamento e prática intelectual, combativa.

Alencar esclarece que esse título presunçoso advinha do capítulo de *Lucubrações*, publicado em Lisboa, por A. Henriques Leal, que fazia reparos ao pós-escrito de *Iracema* e censurava o estilo d’*O Guarani*, “tachado de frouxo e desleixado.” O romancista frisa que

---

<sup>1</sup> Dr. em História pela PUC/SP, Professor do Curso de História da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Apoio: FUNAPE

poderia opor essas questões ao referido pós-escrito, que não foi refutado, só invertido, como pode ser percebido num confronto. Mas, como o crítico alçou o problema às alturas da filologia, acompanharia os termos da controvérsia (ALENCAR, 1960:939-40).

Assinalou sua postura política, tratando de nossa autonomia cultural, ao advertir que seu “verdadeiro contendor” não era Leal, “mas a literatura portuguesa, que, tomada de um zelo excessivo”, pretendia “por todos os meios impor-se ao império americano.” Considerou que, nessa empreitada, ia “à cola grande parte dos escritores deste Brasil, ainda tão pouco nosso”, que sacrificavam “o sentimento nacional por alguns fofos e puídos elogios da imprensa transatlântica”. Era “contra essa corte formidável pelo talento, pelo número e pela intolerância”, que ele atirava, e só, embora, vislumbrasse na mocidade o despontar de “melhor seiva, alguns talentos bafejados pelas auras americanas”, nos quais vibrasse “os assomos de nossa independência literária, como outrora a ideia da emancipação política faria palpitar a geração de 1823.” Possuía tímidas esperanças de que tal independência literária ocorresse, pois via que, entre os jovens, havia tal sentimento nacional, mas também receio; viviam e respiravam a “atmosfera estrangeira”, fora dela, faltava-lhes o ar. Assim, as esperanças morriam “asfixiadas pela indiferença com que a nossa infantil nacionalidade” acolhia “os trabalhos da inteligência” (ALENCAR, 1960:940-1).

Lembrando o começo da controvérsia, rememorou que “o ilustrado crítico” havia arguido seu estilo e que ele, na segunda edição de *Iracema*, defendeu-se contra a “tão repisada censura”, com breves reflexões, traçando um paralelo entre o estilo quinhentista e o “moderno, mais leve e singelo e desempeçado”. Porém, como o crítico escreveu longas páginas lhe atribuindo, com “supina ignorância da língua, a loucura de querer transformá-la”, dirigia-se “à luta” (ALENCAR, 1960:941).

Leal viu em Alencar alguns dotes literários, mas lastimou que os embaçasse “*um pouco com nódoa*”. Portanto, o crítico tornou-se objeto de censura do criticado que não tolerou que, no texto do crítico severo, com pretensões a gramático, voltado para “demonstrar as incorreções de um *estilo desleixado*”, houvesse também incorreções. Assinalou que, se em vez da preocupação clássica do censor quando escreve, “atento à rebusca de uns torneios afetados à antiga”, ele pusesse seu esmero na face artística do estilo, não semearia seu livro com várias tautofonias (ALENCAR, 1960:942-3).

Seus reparos ao “elegante escritor” eram advertências sobre a facilidade com que aquele ia “lançando ao estilo alheio a pecha de desleixado”, quando não era fluente e pura sua prosa entravada por acrologias. Não tinha direito de mostrar-se crítico severo quem não estava isento destes e outros vícios de dicção. Passando a apontá-los, afirmava que, não raro,

discordava do estilo de um autor e das fórmulas adotadas, mas nem por isso arrogava “uma ridícula soberania gramatical para tachar de erro” o que era “apenas uma opinião”. A imposição era um “*decreto apócrifo*”, pois, muitas vezes, o público a desprezava e ia sancionando o que os críticos cansavam de condenar como infração das regras. Referindo à prática dos neologismos, ponderava que mesmo os autores clássicos, como Virgílio, imitaram locuções elegantes de outros, como no momento faziam “alguns escritores brasileiros, dos escritores da França”, a que considerava “nossa Ática moderna” (ALENCAR, 1960:943).

Leal empenhava em provar que era “falsa e perigosa a doutrina” por Alencar proclamada acerca do neologismo e para tal mutilou seu pensamento. Na frase em que afirmou que desde que uma palavra estrangeira fosse introduzida na língua por iniciativa de um escritor ou pelo uso geral, tornava-se nacional, suprimira uma parte turvando o trecho. Portanto, interrogava: “Que outra significação pode ter em português esta frase: *uma palavra introduzida na língua por iniciativa de um escritor*, a não ser a verdadeira doutrina do neologismo, como a entendem os melhores glossólogos modernos?” E complementou:

*Se o escritor apenas tem a iniciativa da introdução, alguma coisa é preciso para completar o ato, a qual é o consenso da opinião; sem o qual não se poderá dizer adotada, menos introduzida uma palavra em qualquer língua. [...] Não é preciso o uso e a voga para imprimir-lhe o cunho da língua, e consumir sua introdução?* (ALENCAR, 1960:943-4).

Para Alencar, uma palavra introduzida na língua tornava-se nacional como qualquer outra originária e sujeitava-se a todas as modalidades do idioma que a adotou. A palavra adotiva poderia ser empregada em todos os vários sentidos. Com tal doutrina combatia o espírito exclusivista por considerá-lo arbitrário. Defendia o uso de tais vocábulos em sentido próprio e figurado, pois adotados em nossa língua. Apreciava que Leal “não permitia que se usasse de certas acepções, consoantes com a etimologia e conforme a índole da língua só porque os franceses [...] as tinham inventado.” Reforçava que usaria “todas as metáforas elegantes e expressivas” que colhesse “nos bons autores franceses, ou de qualquer outra nação” e enfatizava: “Encrespem-se os críticos e ralhem quanto quiserem. Em todos os tempos, as obras que mais acendem as iras dos gramáticos são as que perduram”. Leal, “idólatra do arcaísmo”, via as palavras do clássico como “dogma” (ALENCAR, 1960:944-5).

Examinando o livro do crítico, considerando as regras formuladas por aquele acerca do neologismo, avaliou que não as tomou para si, pois, no volume, apareciam “as inovações escusadas”, a iniciar pelo título, *Lucubrações*, que possuía palavras em português que exprimiam a mesma ideia, mas que Leal adotou o termo latino, de uso moderno. O “austero

crítico” sacrificava “nas aras do neologismo” e mostrava “seu pendor pelo arcaísmo, que não sendo usado com sobriedade e escolha”, tornava-se “mais insuportável do que os modernismos”. Leal não usava certos termos modernos, de uso geral, “para empregar o antiquado só pelo desejo de mostrar-se conhecedor de uns escaninhos da língua”. Passando a tratar de algumas questões do campo da gramática e da ortografia, Alencar abordou o emprego de locuções adverbiais compostas de uma preposição e de um substantivo, que não toleram artigo. Defendeu que “o uso” vinha admitindo o artigo em alguns casos, mas se não havia “uso dominante”, a locução poderia causar obscuridade, e, portanto, o escritor deveria evitar “sempre o modo de dizer menos comum, para cingir-se à regra da boa gramática.” Para ele, “se cada escritor, rendido a esse engodo do antigo, se propusesse a restaurar as formas obsoletas, em pouco teríamos o estilo moderno crivado” de articulações que lhe dariam a feição de mosaico (ALENCAR, 1960:946-8).

Ao discutir sobre o emprego ou a eliminação do artigo *o* e *a*, Alencar negou ter proposto tal exclusão, fazendo uma citação literal de seu texto a esse respeito:

*Nesta como em todas as minhas obras recentes, se deve notar certa parcimônia no emprego do artigo indefinido que eu só uso quando rigorosamente exigido pela clareza ou elegância do discurso. Isto que nada mais é do que uma reação contra o abuso dos escritores portugueses que empregam aquela partícula sem tom nem som, me tem valido censuras de incorreto. [...] Há quem tache esta sobriedade no uso do artigo indefinido de galicismo, não se lembrando que o latim donde provém nossa língua não tinha aquela partícula, e portanto a omissão dela no estilo é antes um latinismo (ALENCAR, 1960:948).*

Para Alencar, Leal confundiu parcimônia e sobriedade com eliminação e atribuiu-lhe “uma teoria heteróclita”, que se desvia dos princípios da analogia gramatical e das regras. Essa questão, do uso moderado do artigo, “nas línguas modernas, especialmente no português, que neste ponto acompanha o grego antigo”, era de suma importância para a correção, pureza e elegância do estilo. Era preciso expurgar essa enxertia de expletivos, que eriçava o estilo, tornando-o monótono e lânguido. Ao abordar o problema da proscrição do pronome reflexo *se* nos verbos transitivos, o que, segundo Leal, teria Alencar aconselhado, o romancista negava tal indicação. A doutrina que defendia era que os verbos reflexivos e ativos a cuja espécie pertencem, podem tornar-se neutros, pela supressão do atributo; mas havia distância “ *dessa elipse a propósito*” para a proscrição prodigamente ofertada pelo autor. Defendia a “neutralização do verbo reflexivo quando se torna necessário para evitar o ceceio desagradável...” (ALENCAR, 1960:949-50).

Nessa discussão, do emprego de verbos na forma neutra com sentido reflexo, Alencar comparou orações e questionou qual a razão das divergências quando a forma é a mesma, recorrendo a Vieira, como um clássico, que punha em prática a regra latina por ele referida. Portanto, questionava se “nós brasileiros só temos o direito de cunhar as palavras tiradas do tupi, [...] sendo-nos vedado tocar na arca santa do classicismo”. Ao defender, em alguns casos, dependendo da diversidade de significação dos verbos, o não emprego na forma neutra com sentido reflexo, por obscurecê-lo, Alencar comentava que havia situações em que conservava o pronome por não haver repetição e que, noutras, o suprimia para evitá-la próxima e porque amolecia a frase. Declarou que “por igual teor” continuaria a escrever, apesar dos censores, a quem seus créditos literários incomodavam pela “influência perniciososa” que poderiam “exercer na mocidade brasileira, embutindo-lhe uns prejuízos tacanhos próprios das literaturas velhas e passadas (ALENCAR, 1960:951).

Alencar ponderou que certas frases que usava eram condenadas pelos “puristas” e só podiam ser admitidas como “um modernismo”, desses que abespinhavam “os zelos clássicos” de seu censor, mas que ele não cativava “às carolices gramaticais” e empregava, em certos casos, a regra que expendeu sobre o valor reflexo da forma neutra. Ao tratar da questão ortográfica de acentuação da preposição *a*, posicionou pela admissão da junção, ou crase, pela contração, ou sinérese e pela absorção, ou sinalefa, que é figura prosódica por meio da qual se aglutinam os dois *as* em uma só vogal. Para ele, “a rotina materialmente seguida” não podia ser um “dogma” contra o qual não valiam argumentos, e um escritor tinha a “liberdade para atacá-la sem incorrer na nota de insânia” (ALENCAR, 1960:952-3).

Compromissado com seu tempo, sua sociedade e nação e seus contemporâneos, tratou de como ocorriam transformações nas línguas buscando o exemplo de outros países e línguas. Argumentou que, na história da ortografia francesa, a Academia, apesar de compor-se de sábios, vinha sendo “compelida a aceitar as reformas propostas em diversas épocas por simples escritores”, as quais haviam sido repelidas pelos gramáticos. Porém os tipógrafos “incumbiram-se da reforma, e no começo do século XVIII efetuou-se na ortografia europeia essa revolução que a Academia foi obrigada a aceitar em 1762.” Na defesa de suas proposições, destacou que não foi só no intuito de evitar ambigüidade que propusera a constante acentuação da preposição; a principal razão era “a lógica, fundamento de toda a gramática”, o exemplo das línguas irmãs e a uniformidade observada com outras palavras, conforme os preceitos da própria gramática dominante (ALENCAR, 1960:953-4).

Alencar, como escritor moderno, defendia que “nós, os modernos”, completássemos “esse racional melhoramento ortográfico, iniciado pelos antigos escritores portugueses”.

Reparava que, no processo de depuração da “língua da grosseria e viciosa ortografia” dos “escritores do período áureo”, Camões, Barros e Luís de Sousa, “deixaram ainda uns resquícios de sua ignorância [...] que só os modernos e já deste século” apagavam. As mudanças ocorreram porque alguém primeiro ousou escrever diferente, confirmando-se com a etimologia, mas contra elas “conspiraram os idólatras do antigo”, que o respeitava não pelo que valia, mas pelo que durou. Apesar disso “a reforma consumou-se; e a inércia encolheu-se para deixar passar o progresso”, como deveria de acontecer com a maior parte dos melhoramentos que estavam “reclamando a simplicidade e louçania da língua, mau grado dos furores clássicos” (ALENCAR, 1960:954-5).

Já tratando dos erros tipográficos, Alencar assinalou que o crítico, pesquisando tais erros em seus livros, conclui que ele não estava firme nas regras por ele mesmo estabelecidas, “ao avesso do uso geral”; tanto que não as seguiu na prática, transgredindo-as frequentemente. Apurando a questão, enfatizou a ambigüidade na escrita do Português:

*No Pós-escrito da 2ª. edição de Iracema [...], adverti o leitor da grande cópia de erros de imprensa que havia escapado. Especialmente referi-me à incerteza de nossa ortografia portuguesa, do que resulta a variedade de sistemas que se misturam e travam em um mesmo livro, formando perfeito disparate (ALENCAR, 1960:955).*

Corroborando essa afirmativa, citou aquele texto:

*Sucedem muitas vezes que o autor, para não multiplicar emendas nas provas, aceita um sistema adotado pelo compositor, que entretanto, logo o altera e substitui por outro. [...] Facilmente escapam essas anomalias, sobretudo ao escritor, que não faz das letras uma profissão, porém mero passatempo. Chegam-lhe as provas tardias, muitas vezes no meio de graves preocupações que absorvem seu espírito... [...] Nesta segunda edição há de o leitor encontrar exemplos de todas as faltas a que me refiro (ALENCAR, 1960:955-6).*

A seu ver, bastava essa declaração para que um crítico que honrasse seu nome de escritor e apelido familiar, *Leal*, não lhe “atribuísse como inconseqüências, as variações de fórmulas gramaticais” por ele notadas antes do censor no referido pós-escrito. Para Alencar, quando um escritor dá prova “de que maneja com facilidade a língua e não ignora os preceitos rudimentares da gramática, os erros crassos que porventura encontre o leitor, não podem com lisura ser atribuídos à ignorância.” Tratando-se de autor conhecido, que fazia as suas provas, era ridículo responsabilizá-lo por incorreções que provindas dele, não passavam de inadvertências. Referindo ao uso do ditongo *am* e *ão*, esclareceu que era explícita sua declaração a favor da primeira forma para exprimir o nasal breve. Entretanto, como já tinha

observado, naquela edição, apareciam os dois modos simultâneos, por culpa do autor, mas “principalmente do revisor que deveria conservar a uniformidade da ortografia primeiro adotada”. Além disso, não era “preciso ter pretensões a filólogo e gramático, para saber que as figuras são meros ornatos da dicção, e não regras invariáveis” (ALENCAR, 1960:956).

Alencar passou a tratar do ofício de revisor de livros na Corte em comparação com o contexto francês. Considerou que, se a tipografia brasileira tinha recebido notável impulso, naqueles últimos tempos, da revisão, que é sua arte complementar, não existia antes mais do que o embrião desse ramo difícil da reprodução múltipla do pensamento. O cargo de revisor requeria espírito minucioso e escrutador, atenção, calma, paciência e conhecimentos, uma tintura ou um índice de erudição. Em países novos como o Brasil, era pouco o pessoal em tais condições; quem possuía essas habilitações aspirava melhor emprego de sua atividade e não se resignava “ao modesto ofício de espoar o livro alheio.” Se de todo não abria mão do trabalho de revisor, tornava-o acessório. Só com a ilustração das multidões, que ocupariam as carreiras abertas no momento aos pouco instruídos; e com a vasta circulação das obras, que permitiria aos editores remunerar vantajosamente a laboriosa tarefa da correção das provas, teríamos revisores dignos deste nome, que prestassem aos autores tão importantes serviços como na Europa. Na França, além de fiscalizar a fiel reprodução do original, com ortografia especial ou com a ortografia em voga, chamavam a atenção do escritor para os lapsos de redação e equívocos de pensamento que lhe escapassem, notando erros de datas e de citações de línguas; “sem eles as obras dos melhores autores andariam cheias destes senões.” Já no Brasil, a situação era outra:

*Em nosso país os revisores, forros desta superior tarefa, para a qual lhes faltam recursos, nem ao menos garantem ao autor a exata conversão do original ainda com todos os seus defeitos na lauda impressa. Deixam passar os mais grosseiros pastéis do compositor, quando não os acrescentam por sua conta (ALENCAR, 1960:956-7).*

Alencar revelou que, ultimamente, usava enviar à tipografia um elenco das particularidades de sua ortografia, adotada, em geral, enquanto não aparecia melhor método. Mas era uma inutilidade, pois não se empregava de modo uniforme nem a sua e nem outra qualquer. Portanto, sofria o estilo do autor com a péssima revisão. Porém, se os críticos considerassem que cumpria ao escritor tirar suas próprias falhas, as dos tipógrafos e os descuidos do revisor, admiraria a paciência do autor capaz desse sacrifício e a maleabilidade de sua inteligência que, das regiões elevadas da arte e da ciência, desça ao trabalho quase

mecânico de catar as arestas da imprensa. Postura que não disputava, pois já confessara, nas notas de Iracema, péssimo revisor, sobretudo de sua própria obra (ALENCAR, 1960:957-8).

Alencar avaliou que não ouvia advertências justas e reparos cabidos, apenas finezas ou despeitos, e que as críticas não passavam de “imputações vagas”, como as de Leal; balelas inventadas pela rotina, que os críticos iam repetindo de orelha, desejando passar sua proverbial *incorreção*. Entretanto citava conhecer “outros autores brasileiros” que formigavam “de erros e impropriedades de linguagem”, mas para esses não tinha Leal um só reparo, guardando para ele “todos os seus pontos gramaticais.” A última questão bordada foi a diferença que se notava entre o inglês e o espanhol da América e as línguas mães da Europa, a qual tornava mais saliente. Referindo-se ao caso inglês, afirmou:

*Quanto ao inglês abonei-me com a opinião de W. Webster, o primeiro glossólogo americano: ‘Desde que duas raças de estirpe comum separam-se, colocam-se em regiões diferentes, a linguagem de cada um começa a divergir por vários modos’. [...] É crível que o sábio filólogo ignorasse o estado de sua própria língua, e afirmasse um fato de tamanha importância, desmentido pela experiência de seu próprio país? (ALENCAR, 1960:958-60).*

Adensando sua convicção, citou outra opinião autorizada, de Alfred Maury:

*Além das causas de alteração e transformação das línguas, que resulta da evolução do entendimento humano, de par com a da sociedade, outras há que resultam da constituição moral e física das raças às quais se transmitiram. A organização física própria aos celtas, aos iberos, por exemplo, obrigou-os a modificar a pronúncia do latim. Esta modificação trouxe gradualmente a metamorfose das palavras. O gênio intelectual de um povo tem chegado a dar até à fraseologia, à sintaxe um caráter novo. É assim que os anglo-americanos, todos os dias alteram a pronúncia original de seu idioma de origem anglo-saxônia, e introduzem locuções contractas (standard-phrases) que recordam o gênio das línguas dos indígenas da América, de quem [...] eles tendem a tomar a constituição física (ALENCAR, 1960:960).*

Para Alencar, se Leal refutasse essa opinião do sábio europeu, poderia contestar o que ele afirmara sobre o idioma anglo-americano. Já passando ao idioma espanhol, assegurava não conhecer a fundo esta língua e não ousava emitir juízo próprio acerca da linguagem dos escritores argentinos e chilenos. Por intermédio de amigos, procurara obter alguma obra publicada nas repúblicas vizinhas e onde a questão fosse tratada. Ainda não o havia conseguido, mas sabia, “pelo testemunho de pessoas autorizadas, que o estilo e a fraseologia da imprensa argentina difer[ia] tanto do espanhol europeu, como o nosso do português lusitano”. Na defesa da língua, linguagem e literatura como instrumentos de luta política para a autonomia da cultura brasileira relacionou-as com os modelos estrangeiros:



*Não há negar que os escritores da América, não achando na terra da pátria vestígios e tradições de uma literatura indígena, eram levados naturalmente a imitar os modelos da metrópole. Nesse empenho, por ismo mesmo que sentiam o influxo irresistível da natureza virgem que os separava do primitivo berço, exageravam-se em guardar as fórmulas consagradas (ALENCAR, 1960:956).*

Mas, se num momento primeiro era dado recorrer às fórmulas portuguesas, da metrópole, e a outros modelos estrangeiros existentes e sacramentados, essa fase requeria uma superação, a qual estava já em andamento:

*Mas à medida que a revolução progride, esse artifício desaparece: e o escritor verdadeiramente nacional acha na civilização de sua pátria, e na história já criada pelo povo, os elementos não só da idéia, como da linguagem que a deve exprimir. [...] Os americanos do Norte desde muito já emanciparam da tutela literária da Inglaterra. Chegará a vez da raça espanhola e brasileira (ALENCAR, 1960:960).*

Portanto, pensando a literatura, a história e a linguagem como armas políticas de emancipação cultural em relação ao domínio exercido pelas antigas metrópoles, Alencar defendia a “revolução” em curso contra a imitação dos “modelos da metrópole” e seus elementos. A seu ver, esse processo estava ligado à independência nacional, mas também ao analfabetismo, ao mercado de impressos e à circulação dos livros:

*Quando em vez de dez milhões em que se conta um leitor por mil analfabetos, tivermos para nossos livros a circulação que dá Estados Unidos aos seus, nenhum escritor brasileiro se preocupará mais com a opinião que dele formarão em Portugal. Ao contrário, serão os escritores portugueses que se afeiçoarão ao nosso estilo, para serem entendidos do povo brasileiro, e terem esse mercado em que se derramem (ALENCAR, 1960:961).*

Refletindo sobre as mudanças em andamento na ortografia da língua portuguesa em sua juventude e defendendo sua transição para a idade adulta com a radicalização desse processo, Alencar, por entre olhares, sentimentos e ressentimentos variados, inclusive nacionalistas, vozes afinadas e dissonantes, apontava dialeticamente, por um lado, para um processo histórico e cultural de diferenciações nas práticas, e, por outro, para a falta de um sistema uniforme e comum para regular a ortografia portuguesa. Preconizava a hegemonia, hoje alcançada, do estilo brasileiro, fruto do processo histórico e cultural transformador da língua portuguesa e da linguagem literária, no contexto de interações e trocas culturais, de expansão do mercado editorial, das necessidades políticas, ideológicas e econômicas.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. de. Questão Filológica. In: \_\_\_\_\_. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar Ltda, 1960. p.939-61.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.